

O autor situa a reflexão ética no contexto da vocação ao ministério ordenado. Na vocação encontram-se o dom de Deus e a responsabilidade humana na pregação do Reino. Nesse contexto, Cristo é o modelo por excelência no cumprimento da vontade do Pai na construção do Reino. Desse modo, ele é o exemplo a ser seguido, o que forma o comportamento dos seus discípulos de todos os tempos. Aqui funda-se a ética cristã como «concretização do modo de pensar, sentir e agir de Cristo». Isso é fundamental na formação dos seminários, como busca da conformação da vida do vocacionado com a pessoa de Cristo. Nesse contexto, é preciso refletir sobre o ambiente familiar, a estrutura formativa e a relação formador-formando como elementos que configuram as exigências éticas na formação presbiteral.

Exigências éticas na formação presbiteral

*Pe. Valdeir dos Santos Goulart**



Não podemos falar de implicações ou exigências éticas na formação presbiteral se nós não tivermos pelo menos uma noção do que seja realmente vocação. Os dicionários da língua portuguesa dizem que vocação é o ato ou efeito de *chamar*; na teologia, vocação é chamamento, eleição, escolha, predestinação. Em primeiro lugar somos chamados à vida, à existência, a ser pessoas humanas, e como pessoa humana a sermos cristãos, batizados.

A palavra “vocação” é usada, hoje, não só para indicar o chamado a uma função especial na Igreja, ao ministério sacerdotal ou a um particular estado de vida, a vocação religiosa. Emprega-se também para designar a vocação cristã comum de todo batizado, revalorizada pelo Concílio Vaticano II. Eis alguns traços que ele nos apresenta: a vocação cristã é vocação à perfeição, à santidade¹; à comunhão com Deus²; à comunhão fraterna dos homens em Cristo³; ao apostolado⁴ e à participação na missão salvífica da Igreja⁵.

O documento 20 da CNBB, nº226, afirma que “a vocação cristã comum é, por assim dizer, a base de toda vocação especial. Não se pode conceber uma vocação cristã específica que não tenha como fundamento e como primeiro impulso a vocação cristã comum”.⁶

Assim, “optar por uma vocação ministerial e evangelizadora na Igreja não é coisa que dependa exclusivamente da iniciativa pessoal. Primordialmente, é chamamento gratuito de Deus, vocação divina, que se deve perceber graças a um discernimento, escutando o Espírito Santo e colocando-se diante do Pai, por Cristo, e frente à Comunidade concreta e histórica à qual se há de servir. Outrossim, é fruto e expressão da vitalidade e maturidade de toda a Comunidade eclesial”⁷. Isso não impede que exista uma tensão entre o dom de Deus e a livre decisão, resposta do homem. A resposta do homem ao convite (Mt 22,1-14), ao chamado (Mc 10,17-27), à busca (Lc 15,1-10) ou à espera de Deus (Lc 15,11-32) se dá precisamente no próprio ato da decisão do homem diante da realidade, diante dos acontecimentos, diante de si mesmo, diante da morte.

¹ Cf. LG 32b/79

² Cf. GS 18/b251

³ Cf. GS 32/300

⁴ Cf. AA 2/1334

⁵ Cf. LG 33b/83

⁶ Cf. CNBB. DOC 20, nº226 p.72

⁷ Cf. Puebla 860



Diante dessa tensão, Rincón Orduña diz: “O dom de Deus e a decisão responsável do homem estão unidos no centro da compreensão evangélica do homem: em Deus, o homem aceita-se a si mesmo como ser limitado e mortal, aceita-se a realidade e ama os outros até dar a vida. A opção humana do amor é obra da livre decisão do homem - e, ao mesmo tempo, toda ela é dom de Deus”⁸. Continua Rincón Orduña: “Jesus revela o profundo mistério escondido em cada decisão humana: o homem responde ao chamado de Deus à vida concretizando em cada situação e em cada momento o difícil e humano programa do amor real, generoso e heróico por todos, em um contexto de liberdade em relação a qualquer categoria ou pseudo-valor que se afaste da vontade de Deus. Isto é, o que a moral cristã afirma é que aquilo que define um homem ou um grupo perante Deus e diante de si mesmos, em seu processo de salvação e fé, é precisamente o conteúdo concreto de cada vida humana”⁹.

Jesus Cristo é a imagem concreta de quem o homem deve ser. Ser criado à imagem de Deus não é somente um dom, mas também uma responsabilidade. Portanto, temos de nos comprometer em desenvolver os nossos dons de forma competente e usá-los livremente para que a missão de Cristo, a implantação do Reino definitivo, se concretize. Cristo amou a Igreja como sua esposa, por ela Se entregou com o fim de santificá-la (Ef 5,25-26). Assim sendo, o dom se traduz num dever que deve dirigir toda a existência cristã: “*esta é a vontade de Deus: a vossa santificação*” (1Ts 4,3).

Cristo, o modelo por excelência e a ética cristã

Se a vontade do Pai é a santificação de seus filhos, Cristo é o modelo por excelência. Rincón Orduña, ao falar da dimensão religiosa da ética cristã, afirma que Deus quis se aproximar do mundo para quebrar a barreira de uma distância que se mostrava insuperável, e então “*o Verbo se fez carne*” (Jo 1,14). Por isso, Paulo nos fala, na Carta aos Romanos, sobre os desígnios eternos de sua vontade salvadora: “*Porque os que de antemão ele conheceu, esses também predestinou a serem conforme a imagem do seu Filho*” (Rm 8,29). Assim, “Jesus aparece como o modelo por excelência que deve ser imitado. É por isso que o tema da imitação de

⁸ R. Onduña (et al.), *Práxis Cristã v.1 - Moral Fundamental*, São Paulo: Paulinas, 1983, p.193

⁹ *ibid.* p. 195



Cristo sempre alcançou um ponto de destaque na espiritualidade da vida cristã. E a moral deveria ser também a ciência que nos ensina essa progressiva cristificação. Para isso, no entanto, não basta recorrer ao Evangelho com a ilusão de nele encontrar algumas normas de conduta concretas e particularizadas (...) Jesus não veio para nos ensinar nenhum código de conduta da moral. (...) Cristo veio revelar sobretudo um estilo de vida radicado no amor como o ethos básico e fundamental de qualquer comportamento. Se há algo definitivo no Evangelho é que Jesus foi um homem para os outros, alguém que soube fazer de sua existência um dom e uma oferenda permanente a Deus e aos irmãos. O importante é captar o significado completo do fato que, livremente, ele aceitou dar a vida para convertê-lo na norma suprema da nossa existência. Sendo explícita e definida, tal atitude é ao mesmo tempo tão aberta e flexível que poderia se encarnar de múltiplas formas diante das novas exigências e situações nas quais o cristão possa se encontrar”¹⁰.

A ética cristã é uma concretização do modo de pensar, sentir e agir de Cristo, que se exprime em normas, princípios, valores, que regem uma comunidade. Ao fazer este tipo de afirmação, corro o risco de restringir a pessoa a normas, princípios e valores. Ora, as normas, os princípios e os valores éticos são gerais, o chamado a seguir Cristo e assemelhar-se a Ele é pessoal, por isso a ética não consegue exprimir totalmente a exigência do chamado.

O período de formação no seminário não é o período em que só se aprende a imitar Cristo, mas é um período de conformação da vida do seminarista à pessoa de Cristo. O Concílio do Vaticano II usa a palavra *configurados*: “os presbíteros pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e assim *configurados* com Cristo Sacerdote, de forma a poderem agir na pessoa de Cristo cabeça”¹¹. O sacerdote, ao presidir a celebração dos sacramentos, não é um outro Cristo, mas ele age na pessoa de Cristo (*in persona Christi*).

Dentro do processo formativo, um dos pontos fundamentais é a experiência que o formando tem de Deus, e a opção fundamental pelo Reino se dá diante dessa experiência e do chamado que o próprio Deus faz. A clareza na opção, na resposta ao chamado, lhe dá segurança nas suas ações concretas, principalmente diante das dificuldades, das suas crises existenciais.

¹⁰ ibd. p. 360

¹¹ Cf. PO 1144



Vejamos agora a realidade da formação presbiteral em três níveis: o ambiente familiar, a estrutura formativa e finalmente a relação formador/formando.

Realidade: ambiente familiar

Um fator que considero de suma importância no processo de formação é a família do formando. Até meados dos anos 80, partíamos do princípio de que o formando, vindo de uma família estruturada, trazia consigo alguns princípios básicos que favoreciam a sua integração com a comunidade seminarística. Uma boa parte dos formandos provinha de famílias da classe média e da classe média baixa (pobres), vinham do meio rural ou de pequenas cidades, famílias normalmente numerosas, com muitos filhos, que aprendiam desde crianças a partilhar, a respeitar o espaço do outro, a não querer as coisas à sua maneira. Aprendiam também que, para conseguir alguma coisa, tinham que trabalhar, que lutar, que disputar o seu espaço.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 vimos uma mudança na economia mundial: “o capitalismo passa da exploração da mão de obra à sua exclusão do mercado, graças a novas tecnologias, gerando forte desemprego e provocando a expansão de uma economia marginal ou informal, de mera sobrevivência” (DOC 55 nº 4). As conseqüências desta mudança da economia mundial para a família e para a Igreja são avassaladoras, pois agora se acentua um forte relativismo e subjetivismo.

Em relação à família, vemos a sua desintegração e conseqüentemente a perda de seus valores. Vale a pena citar o que a Encíclica *Familiaris Consortio* diz sobre a situação da família no mundo de hoje: “não faltam sinais de degradação preocupante de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambigüidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas que a família muitas vezes experimenta na transmissão dos valores; o número crescente de divórcios; a praga do aborto; o recurso cada vez mais freqüente à esterilização; a instauração de uma generalizada mentalidade contraceptiva”¹². Um outro fator que contribui bastante para agravar a situação são os exemplos nocivos de alguns Meios de Comunicação Social,

¹² Cf. FC nº 6, p.13



com suas novelas e programas que carecem de critérios éticos e que ditam o modismo.

Frente a esse quadro, assistimos aumentar cada vez mais o número de jovens que entram para os seminários, vindos de famílias desestruturadas e de baixa renda.

Realidade: estrutura formativa

O Concílio Vaticano II, mais precisamente no decreto *Optatam Totius*, deixa a cargo das Conferências Episcopais estabelecer um método peculiar de formação presbiteral, isto é, o regulamento do Seminário, a formação espiritual, o programa dos estudos, a vida comum, a disciplina dos alunos e os trabalhos pastorais, que devem adaptar-se às várias circunstâncias¹³. Todos os aspectos da formação, o espiritual, o intelectual, o comunitário, o humano afetivo, devem ordenar-se para a pastoral, a pastoral tornando-se o eixo da formação presbiteral. Os seminários que até então estavam voltados mais para a dimensão espiritual e intelectual, têm que se adaptar a essa nova exigência.

O Documento 55 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, intitulado *Formação dos Presbíteros da Igreja do Brasil: Diretrizes Básicas*, leva em conta a solicitação do Concílio e apresenta, num primeiro momento, o ambiente formativo nas suas diversas etapas e, num segundo momento, o processo formativo. Vejamos de forma resumida o ambiente formativo:

- a) *Pastoral Vocacional*: exige ser assumida com um novo, vigoroso e mais decidido compromisso por parte de todos os membros da Igreja, na consciência de que ela não é um elemento secundário ou acessório, nem um momento isolado ou setorial, quase uma simples parte, ainda que relevante, da pastoral global da Igreja¹⁴. Que cada paróquia crie as Equipes de Pastoral Vocacional para orientar e acompanhar os vocacionados, pois é dever da comunidade cristã discernir o chamado de Deus, e “assumir a sua missão geradora e educadora de vocações”¹⁵. A pastoral deverá ter metas claras para cada etapa do itinerário

¹³ Cf. OT nº 1

¹⁴ Cf. PVB 34

¹⁵ Cf. DBFPIB 31



vocacional, despertar, discernir, desenvolver e acompanhar o vocacionado.

- b) *Seminário Menor*: “é uma comunidade voltada ao aprofundamento da vocação cristã e, especialmente, ao discernimento da vocação presbiteral, à formação inicial e aos estudos preparatórios ao Seminário Maior. No Seminário Menor, haja verdadeira condição para o discernimento pessoal da vocação; propiciem-se, igualmente, contatos regulares com a família e com a comunidade de origem. Tenha-se presente que, enquanto alguns alunos aspiram claramente ao ministério, outros só o consideram possível ou até mesmo duvidam ou hesitam em sua escolha. Por isso, não deve ser um seminário Maior em ponto menor. Receba especialmente o jovem vocacionado do curso secundário, que não encontra condições adequadas, de estudo e formação, no seu ambiente”¹⁶.
- c) *Propedêutico*: “tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao Seminário Maior”¹⁷. Em vista de um discernimento vocacional, seja organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação¹⁸. O ingresso no Propedêutico seja precedido por um processo de discernimento vocacional, de um levantamento do histórico pessoal: familiar, comunitário-eclesial, afetivo-sexual, sócio-econômico, intelectual-cultural¹⁹.
- d) *Seminário Maior*: é, antes de tudo, uma escola do Evangelho: tem como modelo e referência ideal a própria convivência de Jesus com o grupo dos apóstolos e discípulos, em que os formandos realizam uma experiência de vida e intimidade com Cristo e se preparam melhor para a missão²⁰. O Seminário Maior é, também, uma experiência da vida comunitária, pois insere, gradativamente, o futuro presbítero na comunhão com o presbitério e o habilita para o relacionamento fraterno, mais qualificado, com as comunidades eclesiais²¹. “Devem ser admitidos ao Seminário Maior somente os candidatos que(...)

¹⁶ Cf. DBFPIB 46

¹⁷ Cf. PDV 62

¹⁸ Cf. DBFPIB 53

¹⁹ Cf. DBFPIB 54

²⁰ Cf. PDV 60

²¹ Cf. DBFPIB 63



tenham uma clara convicção a respeito de sua vocação e aceitem, sinceramente, a doutrina do presbiterato definida pela Igreja”

²².

No segundo momento o documento apresenta o processo formativo, que abrange todas as fases da vida. No seminário, “o futuro presbítero aprenderá os princípios da formação permanente, como adquirir o hábito de estudo, a necessidade de atualização, amadurecimento contínuo e a resposta ágil às novas situações pastorais, num contínuo processo de conversão, no seguimento de Jesus Cristo” ²³.

Um elemento que aparece, para mim, de forma surpreendente no processo formativo é que “o próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação: toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é, no fim de contas, uma autoformação... O futuro sacerdote, ele, antes de mais ninguém, deve crescer na consciência de que o protagonista por antonomásia da sua formação é o Espírito Santo” ²⁴.

Para compreender este processo formativo, que abrange as cinco dimensões da formação (pastoral, humano-afetiva, comunitária, espiritual e intelectual), a equipe formadora do seminário deverá ter uma certa habilidade, o seminário não só deverá ter uma boa equipe de formação, como também clareza na distinção das funções de cada membro. Acompanhar as exigências de crescimento e as condições reais dos formandos, é o grande desafio para a equipe formadora.

Realidade: desafios dos formandos/formadores

No I Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral, que culminou num dos volumes da coleção *ESTUDOS DA CNBB nº 83*, Pe. Alberto Antoniazzi aponta alguns desafios atuais da formação, que ajudarão em nossa reflexão:

“Antes de tudo, a personalidade e a formação humana dos que hoje ingressam no Seminário maior já não carecem tanto de experiência do mundo, mas carecem de uma experiência de fé e de comunidade eclesial, e com isso são mais expostos ao subjetivismo religioso e à tentação do

²² Cf. DBFPIB 65

²³ Cf. DBFPIB 84

²⁴ Cf. PDV 69



anti-intelectualismo. No processo de explosão do conhecimento e de fragmentação do saber, os próprios professores tendem a tornarem-se especialistas, distantes das questões básicas e vitais dos estudantes. O desejo do Concílio de uma formação intelectual integrada e harmoniosa parece raramente realizado, pois nossas Diretrizes para a formação presbiteral no Brasil parecem não ser observadas. Assim, a multiplicação dos ministérios e a consciência de que é preciso edificar comunidades eclesiais, exigem que os futuros presbíteros sejam educados não para reproduzir fielmente um ideal universal e estereotipado de presbítero, válido em qualquer parte do mundo, mas construir, dialogando com outros ministros e fiéis, uma comunidade eclesial em que se expressam a personalidade, a liberdade e as tradições culturais de seus membros. O desafio, enfim, da evangelização de uma sociedade em rápida mudança, que gera comportamentos humanos inéditos e suscita problemas éticos inteiramente novos, exige um presbítero particularmente capaz de escutar e discernir os 'sinais dos tempos' e de adquirir ele mesmo uma experiência mística sem a qual (nas previsões de Karl Rahner) não subsistirá nem como cristão, tanto menos como pastor de uma porção do povo de Deus²⁵.

Compreendemos, assim, que o formador não pode partir mais do pressuposto de que o candidato ao seminário já possua uma maturidade na fé (Ex: seminarista que descobre que não é crismado, às vésperas da Ordenação Diaconal), e tampouco que possua uma experiência concreta de Deus em sua vida. A maior parte dos presbíteros que abandonam o seu ministério não o faz por problemas afetivos como muitos acreditam, mas por uma crise de fé, por falta daquilo que é básico, uma experiência espiritual concreta que o ajudará a superar a crise, tomando a decisão com maturidade, sempre à luz da Palavra de Deus.

Se não bastasse a falta de fé, muitos daqueles que ingressam nos seminários atualmente, o fazem com sua vida pessoal totalmente destruída (muitos, provenientes de famílias desestruturadas; com experiência sexual onde “o que vale é o prazer”, não importa com quem seja), pois são frutos de uma sociedade individualista com problemas na formação da personalidade e do caráter, porque, “tudo é relativo”: da Doutrina da Igreja ao seu compromisso com ela.

Alguns seminaristas com formação enciclopédica são incapazes de responder teologicamente às questões pertinentes à Igreja. Na verdade,

²⁵ Cf. Estudos da CNBB nº 83. p.21-43



não existe seriedade nos estudos filosóficos e teológicos, e muitos pastores colaboram para que esta lamentável situação aconteça.

Diante desta realidade, perguntamos: quais as implicações (critérios) éticas a serem trabalhadas? Se este é o tema do artigo, é evidente que o leitor esteja com uma certa curiosidade, o que é normal. A minha tentação é trabalhar os fundamentos teológicos, o caráter, a virtude e os deveres que a ética impõe; como essa não é minha área, eu poderia adentrar por caminhos e dizer coisas que não convêm, por falta de conhecimento. Continuemos portanto, a refletir sobre a formação presbiteral na qual os critérios éticos não deixam de estar implícitos, pois são eles que guiam ou deveriam guiar nossa caminhada.

A relação entre formador/formando

O crescimento humano e espiritual da pessoa depende em grande parte de sua relação com as demais pessoas. Por isso, em todo processo educativo, que é muito mais que mera transmissão de informação, a relação entre formador e formando constitui um dos pontos mais importantes. É nessa relação que o formador pode ir ajudando pessoalmente a cada seminarista em seu esforço formativo.

Se não se chega a estabelecer uma correta relação entre formador e formando, os formadores se convertem em simples professores ou administradores, e os seminaristas vivem sua vida totalmente à margem da relação com os formadores, comprometendo assim todo o processo formativo.

Tendo a visão do formador como representante de Deus e da Igreja, deduz-se que a relação entre ele e os seminaristas deva situar-se, em primeiro lugar, sobre uma base sólida que é a fé, pois é uma relação que nasce de um chamado divino. É Deus que quer atuar através desse encontro entre formador e formando e que, portanto, essa relação não pode ser reduzida a uma simples amizade casual.

Em alguns momentos do processo formativo, o trato com o formador é uma tarefa árdua para o formando. Seu temperamento, suas circunstâncias pessoais, sua tendência à autoformação e independência, podem levar ao distanciamento daquele que representa alguma autoridade. Também o formador pode ter dificuldades para tratar alguns seminaristas. Podem surgir antipatias, tanto de um lado como de outro, às vezes, difíceis de superar num plano meramente humano.



Na relação entre formador e formando, entram em jogo de modo especial a sensibilidade humana e a bondade cristã. Portanto, o formador e o formando prestam sua colaboração e sua boa vontade para iniciar uma relação próxima, amistosa, caracterizada pela sinceridade, pela simplicidade, pela abertura, pela diferença e pela cordialidade.

Ao comentar essa relação entre formador e formando, Marcial Maciel, L.C., nos diz que “o trato franco e amável (principalmente com o diretor espiritual) favorece notavelmente a abertura de consciência por parte dos seminaristas. O formando pode então confiar suas dúvidas e problemas, sem medo, num clima de confiança mútua. O formando encontrará no formador um apoio pessoal e concreto, receberá através de suas orientações importantes luzes e graças de Deus, e poderá inclusive desabafar nos momentos de tensão”²⁶.

Perguntamos então: quais são as funções do formador? Ao formador corresponde, por sua parte, não só iniciar retamente sua relação com cada formando, senão atuar através dela até conseguir as metas de formação sobre as quais falamos acima. A primeira tarefa que o formador pode realizar em favor dos seminaristas é oferecer sua oração pessoal por eles. Ele, assim como Paulo, ora e repete sem cessar: “...*não cessamos de orar por vós, para que o nosso Deus vos faça dignos de sua vocação; e que por seu poder faça realizar todo o bem desejado, e torne ativa sua fé*” (2Ts 1,11). Pede a Deus por si mesmo, para que Deus lhe dê sabedoria, entendimento e conhecimento para toda espécie de trabalho (Ex 31,3). A oração pessoal é acrescida do sacrifício que expia, que intercede, que ganha graças para os seus formandos: “*agora eu me regozijo nos meus sofrimentos por vós...*” (Cl 1,24). Um dos instrumentos mais eficazes que conta no formador é o seu testemunho de vida sacerdotal, isto é, a sua conformação a Cristo. O testemunho de vida é mais eficaz que os conselhos, que as motivações e as exigências. Quando o formando constata a coerência e a santidade de vida do formador e seu amor pelo Cristo, descobre nele um modelo que está procurando para si, sente-se inclinado à estima, à abertura, à docilidade, à imitação. Neste caso, quando o formador propõe algo, o formando logo o aceita porque vem da pessoa que convence, porque vive primeiro o que pede.

Além destas três funções do formador, a vida de oração, de sacrifício e de testemunho, é importante também que *o formador conheça*

²⁶ Marcial Maciel, L.C. “*La Formación Integral Del Sacerdote Católico*”. Roma: Fusa, 1990. p.216



profundamente cada um dos seus formandos. O conhecimento do seminarista resulta indispensavelmente para o formador em uma avaliação correta da idoneidade do candidato por ocasião de receber as Ordens Sacras. Conhecer os seminaristas é conhecer seu temperamento, suas qualidades, suas aptidões. É recomendável que se interesse pela vida passada do formando, sua procedência familiar, especialmente por aquilo que pode afetar sua vocação; procurar saber como desempenhou as etapas anteriores de formação, como tem sido sua aprendizagem, suas maiores dificuldades, suas atitudes, etc. O interesse sincero pelo formando impede de “etiquetá-lo”, baseando em alguma observação momentânea, ou simplesmente no que os outros disseram a respeito do formando.

O formador é chamado a ensinar, pois o jovem que ingressa no seminário, ingressa num mundo desconhecido. No seminário ele entra em contato com uma série de valores, princípios, normas e costumes que são novos para ele. Muitas coisas ele não entende e não é fácil captar por si mesmo seu sentido e seu valor. Ele não é um robô; precisa conhecer para entender, de modo que possa valorizar e viver livremente e responsabilmente tudo o que implica sua vocação. O horizonte daquilo que um formador deve ensinar é muito amplo, e varia de acordo com as situações e necessidades dos seminaristas. Porém, é evidente que o mais importante será a transmissão dos grandes princípios da vida cristã e sacerdotal. O formador tem que ter a paciência de ensinar uma ou mais vezes a mesma coisa, não pode dizer “eu já expliquei, entenda como quiser, o problema é seu”. Ora, há momentos em que o formando se encontra fechado em si mesmo, há coisas que ele esquece sem querer ou aprofunda tanto nas reviravoltas da memória que não as deixa guiar o próprio comportamento; é necessário repetir, ilustrar a mesma coisa de outro ângulo, quantas vezes for necessário para a compreensão.

Não basta apenas ensinar, é importante *que o formador motive o formando.* O seminarista pode entender muito bem o que se ensina e não estar realmente motivado. É preciso que a pessoa, depois de assimilar, perceba o valor como valor para si. Esse valor será seu motor, sua motivação. Motivar é apresentar a uma pessoa aqueles valores que podem resultar em atrativos eficazes para ela. A apresentação de um valor já conhecido pode sacudir a consciência do seminarista com uma força possivelmente nunca experimentada. É importante observar que na arte da motivação contam muito a força e o calor com que o formador apresenta os valores. Para que se entenda algo, basta que seja mostrado com clareza. Porém, para que se capte como valor, é importante o testemunho de quem,



com seu modo de dizer e de viver, mostra que de verdade vale a pena viver o valor ensinado.

Além de ensinar, motivar, *o formador tem a missão de guiar os candidatos*. O guia é aquele que ensina um caminho, não assinalando um mapa, mas caminhando junto com o outro. O formador é responsável pela caminhada do seminário e da autêntica formação dos candidatos. Deve estar atento, informar-se, seguir de perto o desenvolvimento das atividades comuns, interessar-se pela caminhada formativa de cada seminarista. Um bom guia saberá olhar adiante para detectar possíveis obstáculos, para quem tem experiência, não é difícil saber quando e como eles podem manifestar-se na vida dos formandos. Ao guiar seus seminaristas, o formador não está fazendo mais que cumprir a dimensão profética de seu sacerdócio, em meio àqueles que o Senhor lhes confiou. O formador tem que ser consciente de que a vida do seminarista é em si exigente e dura, não tem direito de fazê-la mais pesada com maus tratos; os jovens são sensíveis às ironias e ao desprezo de quem constitui autoridade, sobretudo, quando isso acontece em público.

Os formandos, na medida que colocam em prática os valores apresentados pelos formadores, à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja, aprofundam o seu conhecimento pessoal e o seu amor pelo Cristo mestre, sacerdote e pastor, crescendo assim, em seus corações o desejo de conformar a própria vida a Ele. Assim, quem ensina, quem guia e motiva é o próprio Cristo. Ele *nos sonda e conhece, e penetra os nossos pensamentos* (Sl 138).

Trabalho em equipe

Uma modalidade que pode ser útil para ajudar na vida comunitária, para criar um ambiente propício ao estabelecimento de relações pessoais mais estreitas entre os seminaristas, é a vida em equipe. Trata-se de equipes compostas de dez a quinze formandos, escolhidos pelos formadores, de modo que entre seus membros haja maior homogeneidade na maturidade espiritual, humana e nos interesses acadêmicos. Esta divisão em equipe, em sentido algum suplanta a vida comunitária do seminário, pois não se trata de grupos exclusivos orientados a criar ambientes fechados, mas de um meio de criar vínculos de comunhão e de colaboração mais pessoais.

A vida em equipe proporciona um maior fervor e uma responsabilidade, favorece a amizade e o companheirismo, educa ao



diálogo espontâneo, sincero e generoso, ensina a arte da colaboração, fomenta o espírito de serviço, e torna mais eficaz o testemunho. Esse trabalho em equipe produz mais fruto num seminário grande, onde é mais fácil um seminarista se esconder e participar menos da vida comunitária.

Nos seminários maiores pode-se propor que a cada quinze dias haja uma reunião de equipe na qual, à luz da Palavra de Deus, cada um anote com grande caridade e simplicidade, com desejo sincero de ajudar, as deficiências que tem observado no comportamento dos demais membros da equipe, sem fazer juízo, observando apenas as normas e os costumes do seminário. Agindo desta maneira, procura-se alcançar uma formação esmerada, uma ajuda significativa na formação humana e social dos membros da equipe e uma ocasião para exercitar-se com humildade na correção fraterna: *“Irmãos, caso alguém seja apanhado em falta, vós, os espirituais, corrigi esse tal com espírito de mansidão, (cuidando de ti mesmo, para que também tu não sejas tentado). Carregai o peso uns dos outros, e assim cumprireis a Lei de Cristo”* (Gl 6,1-2).

O trabalho em equipe não deixa de ser uma forma de trabalhar também as desconfianças, o aburguesamento, o autoritarismo e, por que não dizer, a falta de diálogo aberto e franco acerca da afetividade.

Seria necessário aprofundar mais os pontos apresentados, mas isso extrapola os limites deste artigo.

Assim sendo, concluo-o com uma frase de Richard M. Gula, S.S.: “Obviamente, bom caráter é pré-requisito para o ministro. De maneira ideal, aqueles que escolheram o ministério construíram ao longo da vida os valores e hábitos que os tornam cuidadosos, generosos, e seres humanos dignos de confiança, empenhados em promover o bem dos outros. O público presume que os ministros têm bom caráter. Não admira, então, que ao descobrirem um ministro em atitudes egocêntricas, as pessoas fiquem tão profundamente desapontadas”²⁷. Por isso, vale a pena todo o esforço dos formadores e dos formandos em conformar a sua vida à pessoa de Cristo, para não decepcionar as pessoas que esperam ver no ministro a figura do Bom Pastor.

²⁷ Gula, Richard M., S.S. *“Ética no Ministério Pastoral”*. São Paulo: Loyola, 2001. p.46.



Bibliografia

Livros:

RINCON ORDUÑA, R. *“Praxis Cristã – Moral Fundamental 1”*. São Paulo: Paulinas, 1983. 2ª edição. p.456.

MARCIAL MACIEL, L.C. *“La Formación Integral del Sacerdote Católico”*. Roma: Fusa, 1990. p. 297.

GULA, RICHARD M. S.S. *“Ética no Ministério Pastoral”*. São Paulo: Loyola, 2001. p.182.

Documentos:

COMPÊNDIO VATICANO II. *“Lumen Gentium”*. Petrópolis: Vozes. p. 39-117.

COMPÊNDIO VATICANO II. *“Gaudium et Spes”*. Petrópolis: Vozes. p. 141-256

COMPÊNDIO VATICANO II. *“Apostolicam Actuositatem”*. Petrópolis: Vozes. p.527-564.

COMPÊNDIO VATICANO II. *“Optatam Totius”*. Petrópolis: Vozes. p. 505-526

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *“Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional”*. São Paulo: Paulinas, 1981. Col. Documentos da CNBB nº 20. p. 103.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *“Formação dos Presbíteros da Igreja do Brasil – Diretrizes Básicas”*. São Paulo: Paulinas, 1995. Col. Documentos da CNBB nº 55. p. 127.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *“Metodologia do Processo Formativo – A Formação Presbiteral da Igreja do Brasil”*. São Paulo: Paulus, 2001. Col. Estudos da CNBB nº 83. p. 21-43

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. *“A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina - Puebla”*. São Paulo: Loyola, 1980. p.363.



Outros:

BÍBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulinas, 1986.

MICHAELIS: “*Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*”. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

Endereço do Autor:

Pe. Valdeir dos Santos Goulart

Rua 4 Área Especial 2

Jardim das Aroeiras

74.770-490 – Goiânia – GO

Fone (62) 208-1100 // Fax (62) 208-1240

(62) 9977-9996

valdeir_goulart@uol.com.br

valdeirgoulart@cultura.com.br